A VIOLÊNCIA NA PERSPECTIVA DOS ADOLESCENTES DE ESCOLA PÚBLICA

VIOLENCE FROM THE PERSPECTIVE OF PUBLIC-SCHOOL ADOLESCENTS.

AUDI, Celene Aparecida Ferrari.
Centro Universitário de Jaguariúna

MIRANDA, Maria Luiza.
Centro Universitário de Jaguariúna

GOMES, Laura Bizon.
Centro Universitário de Jaguariúna

PALANDI, Jéssica Hellen.
Centro Universitário de Jaguariúna

BIANCHI, **Renata**
Centro Universitário de Jaguariúna

MONTANARI, Fábio Luis
Centro Universitário de Jaguariúna

RESUMO

Objetivo: Avaliar a percepção dos adolescentes estudantes do ensino público, de ambos os sexos, em relação à violência. Metodologia: Estudo qualitativo, utilizando a técnica grupo focal. A pesquisa foi realizada com adolescentes do sexo feminino e masculino, em uma escola pública, localizada na periferia, em município do interior de São Paulo. Os grupos aconteceram em períodos de aula, com uma média de seis adolescentes por grupo. Os depoimentos foram coletados por meio de aparelho digital por duas estudantes de graduação, e transcritos na íntegra e submetidos à análise do conteúdo. Resultados e Discussão: Os discursos dos adolescentes, após análise das pesquisadoras a respeito das percepções expostas, foram agrupados em categorias, as quais foram expendidas nesta pesquisa. Sendo tais categorias: *Categoria 1 - Naturalização da violência; Categoria 2 - Impunidade com relação à violência; Categoria 3 - Não compreensão da violência psicológica; Categoria 4 - Violência e o efeito midiático e Categoria 5 - Violência perpetrada na escola.* Considerações finais: Os resultados obtidos através deste estudo evidenciaram que os adolescentes da escola pública, ao perceberem a violência como física, verbal e sexual, já presenciaram algum tipo de violência na vida. Sendo assim, torna-se claro que a violência não se manifesta apenas nas relações entre classes sociais, a mesma permeia a juventude nas relações interpessoais, nas relações de gênero, nas relações cotidianas, nas relações familiares e tantas outras.

Palavras Chave: Adolescente; Violência; Gênero e Saúde; Saúde Pública.

ABSTRACT

Objective: To evaluate the perception of adolescent students in public education, of both genders, regarding violence. Methodology: Qualitative study, using the focus group technique. The research was conducted with female and male adolescents in a public school located in the periphery of a city in the interior of São Paulo. The groups took place during class periods, with an average of six adolescents by group. Testimonials were collected using a digital device by two undergraduate students, and transcribed in full and submitted to content analysis. Results and Discussion: The adolescents' discourses, after the researchers' analysis of the exposed perceptions, were grouped into categories, which were explained in this research. These categories were: Category 1 - Naturalization of violence; Category 2 - Impunity in relation to violence; Category 3 - Failure to understand psychological violence; Category 4 - Violence and the media effect and Category 5 - Violence perpetrated in school. Final considerations: The results obtained through this study showed that adolescents from public schools, specifically from lower social classes, when perceiving violence as physical, verbal and sexual, have already witnessed some type of violence in life. Thus, it becomes clear that violence is not only manifested in relations between social classes, it permeates youth in interpersonal relations, gender relations, daily relations, family relations and many others.

Keywords: Adolescent; Violence; Gender and Health; Public Health.

INTRODUÇÃO

A Convenção sobre os Direitos da Criança das Nações Unidas considera como criança todo ser humano com menos de 18 anos de idade. O mais comum é que a juventude seja definida pela sociedade como o período em que as pessoas passam da infância à condição de adultos, transição que não termina abruptamente quando o jovem completa 18 anos (UNICEF, 2019).

A adolescência é marcada por profundas transformações nas quais se entrelaçam processos de amadurecimento físico, mental, emocional, social e moral, que são influenciados pelas peculiaridades inerentes a cada sujeito, pelo seu ambiente sociocultural e pelo momento histórico, o que torna complexa a sua delimitação ou conceituação (OSÓRIO, 1989; COSTA, 1999 apud MILANI, 1999). Um dos fatores para que os adolescentes tenham sido engolfados na trama da violência é a dificuldade de pais, profissionais de educação e de saúde, e governantes em compreenderem as características e necessidades dessa etapa (MILANI, 1999).

Os adolescentes, ao se envolverem com a violência, quer na condição de vítimas ou na de perpetradores, terminam por sofrer alguma forma de exclusão. Quando vitimados, ocorre a exclusão da própria vida ou do “estado de completo bem-estar físico, mental e social”. Quando agressor, o adolescente é excluído da possibilidade de viver em exercício da cidadania, por meio da qual pode reconhecer-se e ser reconhecido como sujeito de direitos e deveres (MILANI, 1999).

Ao entrar na escola, a criança já traz consigo um conjunto único de características pessoais, experiências de vida, capacidades já desenvolvidas e potencialidades. Aquelas crianças cujo ambiente familiar é marcado pela violência entre os pais ou contra elas “tendem a ser agressivas e a ter comportamentos

antissociais fora de casa, principalmente na escola". Se além da violência doméstica essas crianças ou adolescentes são testemunhas ou vítimas de violência em seu bairro, as consequências se agravam (MILANI, 1999).

As experiências adversas na infância incluem abuso direto, como abuso emocional, físico ou sexual; negligência, que pode ser emocional ou física; e problemas familiares ou domésticos. A exposição à violência é um dos vários tipos de experiências adversas na infância que podem afetar os indivíduos pelo resto de suas vidas. Os efeitos da exposição à violência durante a infância incluem condições de saúde física e mental associadas, bem como preocupações com o envolvimento na violência por parceiro íntimo na idade adulta (GRISSOM; IROKU-MALIZE, 2019).

O desenvolvimento da flexibilidade e da responsabilidade é ingrediente importante para fazer da fase da adolescência um marco de crescimento e individualização com autonomia (ROSSET, 2008), portanto é importante avaliar como os adolescentes se posicionam diante da temática da violência que é objeto de preocupação social crescente que tem assumido um caráter sistemático e que provoca efeitos no desenvolvimento das vítimas e nos agressores (BRASIL, 2012), e assim traçar planejamentos e metas a fim de contribuir para um maior diálogo e intervenções junto a esse público em relação ao tema.

Sendo assim, este avaliou a percepção dos adolescentes estudantes do ensino público, de ambos os sexos, em relação à violência, como um fenômeno social complexo e multifacetado, ao mesmo tempo individual, social e político.

METODOLOGIA

Estudo qualitativo. No contexto da metodologia qualitativa aplicada à saúde, emprega-se a concepção trazida das Ciências Humanas, segundo a qual não se busca estudar o fenômeno em si, mas entender seu significado individual ou coletivo para a vida das pessoas. Torna-se indispensável assim saber o que os fenômenos da doença e da vida em geral representam para elas. O significado tem função estruturante: em torno do que as coisas significam, as pessoas organizarão de certo modo suas vidas, incluindo seus próprios cuidados com a saúde (TURATO, 2005).

Pesquisadores qualitativistas recomendam que os estudos aconteçam em seu *setting* natural, tentando dar sentido ou interpretar fenômenos nos termos das significações que as pessoas trazem para estes, iniciando na fase do planejamento da pesquisa em consonância com a realidade da pessoa que irá participar da pesquisa (PIOVESAN; TEMPORINI, 1995).

A pesquisa foi realizada utilizando a técnica grupo focal, que permitiu compreender processos de construção da realidade por determinados grupos sociais, compreender práticas cotidianas, ações e reações a fatores e eventos, comportamentos e atitudes, constituindo-se uma técnica importante para o conhecimento das representações, percepções, crenças, hábitos, valores, restrições, preconceitos, linguagens e simbologias prevalentes no trato de uma questão por pessoas que partilham traços em comum, relevantes para o estudo do problema visado (GATTI, 2005).

Para realização do grupo focal foram formados três grupos de adolescentes, contemplando ambos os sexos.

A equipe foi formada por uma docente e quatro estudantes do curso de graduação de Enfermagem. Essa equipe fez um primeiro contato com a direção da escola solicitando autorização para o desenvolvimento da pesquisa, informando o

seu objetivo, critérios de inclusão e exclusão, verificando o local na escola que poderia ser realizado os encontros, de maneira confidencial e reservado aos participantes e equipe. Após a os ajustes feitos e concordância da direção, o projeto de pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa o qual foi aprovado pelo Comitê da Faculdade São Leopoldo Mandic, sob parecer n° 3.099.405/2018, conforme dispõe a Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde. Para consolidar a participação, todos os adolescentes assinaram o Termo de Assentimento, complementando com a autorização dos respectivos responsáveis e/ou representantes legais que assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Os grupos aconteceram em períodos de aula, com uma média de seis adolescentes por grupo. Os adolescentes foram orientados sobre o estudo e convidados a participar dos encontros com antecedência de aproximadamente 15 dias, momento que levaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para assinatura dos responsáveis e assinaram os seus Termos de Assentimento no dia de realização do grupo.

O local dos encontros foi na escola em salas aleatórias com cadeiras avulsas, em círculo, que favoreçam a participação. Foi fornecido um crachá com os nomes de cada participante. Os depoimentos foram coletados por meio de aparelho digital por duas estudantes de graduação, e transcritos na íntegra e submetidos à análise do conteúdo. Além disso, uma estudante de graduação ficou responsável por avaliar as expressões corporais dos adolescentes.

A abertura do grupo foi realizada pela equipe visando criar condições favoráveis a participação de todos os componentes, possibilitando uma atmosfera permissiva. Foi realizada uma breve auto apresentação da equipe e foi solicitado aos adolescentes que se apresentassem. Foi explicado o objetivo do encontro, assim como, o porquê da escolha dos participantes. Explicou-se novamente a garantia do sigilo e sobre os registros de dados. A duração de cada grupo foi entre 1h e 30 minutos a 2 horas.

As pesquisadoras propuseram algumas questões norteadoras, a fim de incitar a discussão referente ao tema da pesquisa.

Os participantes manifestaram-se sem interrupções e influências das pesquisadoras, o que permitiu uma discussão dinâmica e espontânea de acordo com as demandas dos adolescentes.

Por meio dos áudios transcritos, foram agrupadas categorias de acordo com a análise das pesquisadoras a respeito das percepções da violência pelos adolescentes. Sendo tais categorias: *Categoria 1 - Naturalização da violência; Categoria 2 - Impunidade com relação à violência; Categoria 3 - Não compreensão da violência psicológica; Categoria 4 - Violência e o efeito midiático e Categoria 5 - Violência perpetrada na escola.*

Os adolescentes foram identificados como Adolescente seguido por sequências numéricas (Adolescente 1, Adolescente 2, Adolescente 3...) e os funcionários da escola foram identificados como letras A e B, para preservar a identidade e assegurar o anonimato.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa inicialmente iria acontecer em uma escola pública e uma privada, a fim de comparar as percepções dos adolescentes sobre a violência, em diferentes classes socioeconômicas e culturais. Porém, ao realizar contato com as escolas

privadas deste município do interior de São Paulo, não obtivemos sucesso, visto que todas as existentes se recusaram a participar da pesquisa, alegando que os adolescentes estudantes dessas escolas eram imaturos para lidar com o tema proposto.

Deste modo, a pesquisa foi realizada com adolescentes do sexo feminino e masculino, com idade entre 10 e 13 anos, em uma escola pública, localizada na periferia, contemplando população de baixa renda. A maioria dos adolescentes mora com avós, tios, padrastos e madrastas, rompendo o cenário da família tradicional estabelecido culturalmente. Além disso, vivem em relações conflituosas no âmbito familiar, no qual vivenciam diferentes formas de violência desde a infância.

Pensando no caráter transgeracional, as escolas são espaços privilegiados para romper com o ciclo da violência, devendo incitar ações que promovam relações equânimes entre meninas e meninos, pautadas no respeito mútuo, que permitam desconstruir o modelo patriarcal vigente. Ainda, de conferir visibilidade à magnitude de cada uma das formas de expressão da violência, favorecendo a desconstrução da ideia de que se restringe à agressão física (PAIXÃO et al., 2018).

É preciso também uma educação que incite a resolução pacífica de conflitos, assim como a compreensão de que o revide não é defesa, mas sim uma forma de perpetuação de violência, que deve ser reconhecida como tal. No que tange ao preparo dos profissionais, nos âmbitos social, judicial, policial, educacional e de saúde, faz-se necessário que estes também sejam mais preparados para compreender esse fenômeno de tamanha magnitude e complexidade (PAIXÃO et al., 2018).

A partir de leituras e releituras das transcrições realizadas, as categorias foram emersas e serão discutidas abaixo.

- *Categoria 1: Naturalização da violência*

Adolescente 1: *“Com a minha vó ele não mexe sabe, quando minha mãe está perto da minha vó ele não mexe porque sabe que apanha”.*
Adolescente 2: *“... tem um menino que bate em mim sabe, teve uma vez semana passada, eu tava indo embora e antes quando eu tava na aula a professora pediu pra mim levar um nome para certo aluno e esse certo aluno ficava chamando eu de “Zé Polvim”, essas coisas assim ai na hora da saída ele pegou e deu um murro nas minhas costas e bateu em mim”.*
Adolescente 3: *“Tem menina que também provoca sabe... O menino fica mexendo e ai ao invés dela chegar e falar pra alguma inspetora ela quer agredir ele sabe... Dá soco, dá murro, chute, aí com isso a pessoa vai ficando com raiva, aí o rapaz bate na mulher”.*
Adolescente 4: *“Eu acho que é... Eu já vi na rua uma vez, um homem pegou a vassoura e desceu nas costas da mulher. Só que daí ela ficou mais brava ainda e pegou um tijolo e tacou no pé dele, e foi pra cima dele e ela que ganhou a luta. E eu só lá “vai, vai, vai” (torcendo). Fiquei torcendo pra mulher é claro”.*
Adolescente 5: *“A minha irmã também uma vez deram um tapa na bunda dela , quando ela tava na escola, mas daí ela ficou com tanta raiva. Minha irmã sempre foi cavala “véia”, ela sempre gostava de bater nos outros, mas ela só brigava com homem, porque com “muié” ela não gostava de brigar não, porque ela pegava pra bater, pra esganar. Ela pegou, arrancou um tufão de cabelo da*

menina, que deve tá com a "faia" até hoje. Depois ela ainda deu um monte de chute, pegou a cadeira, jogou nela".
Adolescente 6: *"A minha tia quando ela estudava na escola, deram um tapa na bunda dela, mas ela ficou com tanta raiva, que ela quebrou o braço do moleque. Ela foi expulsa da escola, e daí ela gritou do meio da rua: "vem aqui, sai aqui pra fora que eu vou catar você na rua". Ele nunca mais chegou perto dela, ele tá com o dedo torto até hoje lá".*
Adolescente 7: *"... a menina começou xingar, xingar ela (colega de sala), falava que ia pegar a (colega de sala), que não era pra (colega de sala) faltar, que ia ficar feio pra ela. Aí a (colega de sala) falou tá bom. Aí a (colega de sala) falou pra mãe dela que a menina tava insultando a mãe dela, aí a mãe dela falou assim "oh se você apanhar na escola lá, e você chegar em casa machucada você vai apanhar mais ainda, porque vocês estão discutindo faz tempo". O pai dela falou a mesma coisa pra ela. Chegou na escola, ela pegou a menina".*

As falas revelam a representação da violência na sua dimensão física e verbal, e como forma de resolver situações conflituosas. Essas evidências mostram que os sujeitos, nesse caso, os jovens, representam a violência como "algo que acaba acontecendo", um fenômeno corriqueiro desencadeado por motivos banais. A partir dessas representações, identifica-se um processo de "naturalização" e "banalização" da violência, observando-se que a violência é uma forma de resolver conflitos que acaba sendo legitimada na perspectiva desses jovens. Pode-se dizer, então, que esse fenômeno não está presente somente no seu cotidiano, mas é reconhecido como legítimo, em alguns casos (COSTA et al., 2012).

Adolescente 1: *"Não por causo que.. Ele batia porque ele fumava sabe, estava bêbado, então tipo se ele chegasse em casa e não tivesse janta, ele batia nela, se ele chegasse e não tivesse roupa lavada não tivesse no jeito que ele quisesse ele batia nela, isso dai tipo é.. tem coisas que é.. não sei explicar, não sei explicar mesmo...".*
Adolescente 2: *"Minha mãe é brava e bateu no meu pai com pedaço de pau. Ele fica no bar e bebe muito, ela fica brava e avança no meu pai. Só que sinto muita raiva dele porque ele não supera muito a bebida, essas coisas".*

A reprodução social da violência é determinada por múltiplos fatores que explicam a existência de agressores, bem como a replicação das vítimas. Nesse panorama, identificam-se modelos patriarcais que aceitam e até promovem a aceitação social da violência, bem como padrões de famílias que atribuem papéis a seus membros de acordo com a divisão sexual (QUINTANA et al., 2018).

Tais falas dos adolescentes refirmam um contexto em que os padrões culturais que mantêm a desigualdade de gênero são validados, o que favorece a manutenção da violência de gênero quando fatores de estresse são adicionados, como baixa renda econômica, condições laborais inadequadas, determinantes sociais desfavoráveis e estilos de vida como uso de álcool e drogas (QUINTANA et al., 2018).

- *Categoria 2: Impunidade em relação a violência*

Adolescente 1: *“Eles não falam... falam, mas.... é... como se... a A (funcionária) tivesse surda...aí... tipo..., mas tem algumas meninas aqui que também batem nos meninos sabe...”.*
Adolescente 2: *“Ela (funcionária A) foi na sala e falou bem assim... é proibido vir com shorts curto né... aí ela (funcionária A) falou assim: “se vir é porque quer que passe a mão nela...”.*
Adolescente 3: *“Ela (funcionária A) pegou e falou assim, que se alguma menina viesse com short curto, e os moleque passar a mão, ela ia apoiar os moleque porque eles não... quem ia estar mais errado ia ser elas de terem vindo com o shorts”.*
Adolescente 4: *“Então... eles pegaram, colocaram todo mundo aqui na sala, toda sala, eles dividiram... colocaram os dois 6º e o 7º e depois colocaram o 8°... porque é bastante gente né... aí eles pegaram e fizeram uma palestra pra esse negócio contra a violência..., mas não adiantou nada...”.*

A violência não é percebida ali mesmo onde se origina e ali mesmo onde se define como violência propriamente dita, isto é, como toda prática e toda ideia que reduza um sujeito à condição de coisa, que viole interior e exteriormente o ser de alguém, que perpetue relações sociais de profunda desigualdade econômica, social e cultural. Mais do que isso, a sociedade não percebe que as próprias explicações oferecidas são violentas porque está cega ao lugar efetivo da produção da violência, isto é, a estrutura da sociedade brasileira (CHAUÍ, 2003, p. 52 apud GUIMARÃES; PEDROZA, 2015).

Nessa perspectiva, Chauí (2003) demonstra o quanto a sociedade brasileira é autoritária e estruturada em relações de mando e obediência, sustentadas com base em padrões patriarcais e machistas. Essa invisibilidade da violência estruturante de nossa realidade alia-se às desigualdades de gênero e, dessa maneira, ao negar direitos às mulheres e atribuir força e autoritarismo aos homens, acaba-se por legitimar e naturalizar muitas das violências sofridas por elas (apud GUIMARÃES; PEDROZA, 2015).

Tal invisibilidade é notada no local do estudo da pesquisa, no qual a violência foi tratada de forma velada em muitas situações, como intimidações, ofensas, ameaças, entre outras.

- *Categoria 3: Não compreensão da violência psicológica*

A violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, violação de sua intimidade, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação (BRASIL, 2006).

No entanto, é na psicológica, praticada nos entremeios do cotidiano, que se registra o pontapé inicial para um processo de violência que pode culminar em situações de agravo (ECHEVERRIA, 2018).

Diante dessa definição constatou-se que os adolescentes não compreendem o que é a violência psicológica, associando a mesma apenas como física, verbal e sexual, o que pode ser notado por meio dos relatos.

Adolescente 1: *“Quando o homem bate na mulher”.*
Adolescente 2: *“Minha irmã namora e tipo antes ela usava shorts curto, mas ele nunca bateu nela sabe, mas ele chamava atenção, porque tipo isso ai gera.. quando ela sai sozinha atrai vagabundo, tipo não tem o que fazer e fica olhando pra mulher assim.. e também tipo, se ela não usar um shorts maior assim, ninguém vai tipo.. não sei explicar.. mas não vai atrair tanto vagabundo assim”.*
Adolescente 3: *“É... abuso, estupro, é... um homem que bate em uma mulher porque ele acha que é dono dela”.*
Adolescente 4: *“No pensamento nosso ela tá fazendo o dever dela, mas no pensamento dela, ela se acha uma pessoa mais fraca”.*
Adolescente 6: *“Eu não gosto muito não. Se eu vejo minha irmã usando roupa curta eu xingo ela”.*

- *Categoria 4: Violência e o efeito midiático*

É fato que a mídia, seja ela televisiva, digital ou impressa, possui um papel relevante tanto para a transformação da realidade social, quanto para a consolidação desta mesma realidade (BIROLI, 2011; MIGUEL & BIROLI, 2009 apud LERMEN; CÚNICO, 2018). O papel central que a mídia ocupa neste processo é possibilitado, em grande medida, pelo fato de que ela aparece aos olhos do público como sendo imparcial, ou seja, como tendo a função de apenas transmitir a informação sem influenciar a capacidade reflexiva das pessoas (LERMEN; CÚNICO, 2018).

Neste contexto, a mídia aparece como um instrumento importante para a propagação de aspectos da realidade social – que são apresentados como a própria realidade ou o que importa dela - que confirmam e naturalizam as desigualdades existentes entre homens e mulheres (BIROLI, 2011; MIGUEL & BIROLI, 2009 apud LERMEN; CÚNICO, 2018). A superação destas desigualdades fica prejudicada justamente pelo fato de que o controle das informações, ou seja, do que será transmitido e problematizado, está no centro da dinâmica de dominação (BIROLI, 2011 apud LERMEN; CÚNICO, 2018). Em outros termos, entendemos que os meios de comunicação não só refletem as hierarquias de gênero, como também as promovem tendo um papel ativo na sua naturalização e manutenção (MIGUEL & BIROLI, 2009 apud LERMEN; CÚNICO, 2018). É a partir deste entendimento que situamos a mídia não só como um espaço de veiculação, mas também de construção de discursos, produzindo significados e identidades (FISCHER, 2001 apud LERMEN; CÚNICO, 2018).

Adolescente 1: *“Aí, tem uma novela (de determinada emissora) que eu não suporto, nem ver a abertura dela. Quando eu escuto a abertura da novela eu já saio. Eu não consigo ver aquela novela, porque tem um velho lá, vivendo um sheik, sei lá, árabe, e ele gosta de uma moça mais jovem que ele, eu acho que ela tem uns 19. Ele acha que só porque ele é rico, ele pode ter a mulher que ele quer, eu não acho isso certo”.*
Adolescente 2: *“Eu também não gosto de uma série da (plataforma digital com streaming) lá, que fala sobre abuso. Eu acho nojento isso”. “É um rapaz que tem uma mulher só que não tá contente com ela e quer ter mais”.*

Adolescente 3: *“Eles deviam falar mais sobre o poder das mulheres, eles só mostram a maioria, todas as mulheres sendo abusadas e só no final que acontece alguma coisa”.*
Adolescente 4: *“... eu acho que a mídia não está do lado de ninguém. A mídia é um bando de repórteres que só quer fama, e quer se dá bem com a desgraça da vida dos outros”.*
Adolescente 5: *“Isso. Tem também a (novela) lá, que tem um professor que gosta de uma menina, ele tentou abusar dela, só que não deu certo”.*

A exposição à violência na mídia está associada a resultados agressivos em adolescentes. Pesquisa com dados de 1.990 adolescentes de ambos os sexos e análise de conteúdo de filmes de maior bilheteria nos EUA e programas de TV populares, foi avaliado o efeito da exposição à violência na mídia em relação a ambos os riscos (conflito familiar, impulsividade, busca de sensações) e fatores de proteção (isto é, monitoramento dos pais, envolvimento dos pais, mediação dos pais). As análises de pesos relativos revelaram que a violência na mídia foi um dos preditores mais fortes de agressão, após impulsividade e conflito familiar. O monitoramento dos pais permaneceu um fator protetor significativo, mesmo quando todos os fatores de risco foram contabilizados. Intervenções preventivas direcionadas que reduzem o conflito familiar promovem o monitoramento dos pais e reduzem a exposição à mídia violenta podem ser eficazes na redução de tendências agressivas e resultados negativos relacionados (KHURANA, 2018).

No mundo contemporâneo, observamos a restrição das relações interpessoais em decorrência da violência nas grandes cidades, do estímulo ao convívio restrito à família e ao par amoroso e da produção da subjetividade individualizada. A ilusão criada pela televisão de que o telespectador participa das situações reproduzidas na tela contribui para com essa restrição, produzindo o espaço público mediatizado. Dentre as implicações desse processo, o discurso televisivo assumir a função de porta-voz do telespectador, veiculando a violência secundária, ao estabelecer significados para experiências virtuais do sujeito (SOUZA, 2003).

É consenso, na literatura, dos efeitos causais da violência da mídia em curto prazo, bem como evidências de efeitos nocivos em longo prazo. A violência na mídia de entretenimento está permeada nas distintas situações: na tela (ou seja, televisão, cinema, videogame e Internet), definida como representações de personagens (ou jogadores) que tentam prejudicar fisicamente outros personagens (ou jogadores). A exposição violenta da mídia causa aumento de pensamentos agressivos, sentimentos de raiva, excitação fisiológica, avaliações hostis, comportamento agressivo e dessensibilização à violência e diminui o comportamento pró-social (por exemplo, ajudar os outros) e empatia. As modernas teorias sócio-cognitivas do comportamento social fornecem estruturas úteis para entender como e por que esses efeitos ocorrem (BUSHMAN, 2015; ANDERSON, 2015; 2017).

Estudos em larga escala com avaliações mais abrangentes e de longo prazo são necessários para entender completamente os efeitos em longo prazo e para informar o desenvolvimento de ferramentas que ajudarão a reduzir os problemas associados com agressão e violência.

- *Categoria 5: Violência perpetrada na escola*

Adolescente 1: *“Quando a gente vai correr a B (funcionária) dá rasteira na gente, coloca o pé na nossa frente pra gente cair”.*
Adolescente 2: *“Uma vez meu irmão aqui na escola mesmo, ele foi expulso da escola. Tava ameaçando, falou que ia explodir a escola, e ele tinha bomba com ele né. Acho que ele tinha 16 (anos). A escola inteira ficou apavorada, não vinha ninguém pra escola. Só vim ele pra escola só”.*
Adolescente 3: *“Eu já bati na menina, que quando ela veio mexer comigo, depois desci lá falar com a A (funcionária). Daí não deu nada....pra ela (menina) né. Pra mim deu... só deu uma convocaçãozinha pra minha tia vir aqui e eu vim no outro dia...”.*

A escola tem uma função primordial: a de instruir, orientar e formar crianças e jovens a viver e trabalhar em um mundo diversificado e em constante mudança. No entanto, tal papel vem sendo ofuscado pelos diversos tipos de violência ocorrentes nesses ambientes. Rebés (2000), conforme citado por Oliveira; Fitz (2014) aponta ao fato de que a escola é reconhecida como espaço propício à violência. Os atos de violência atingem tanto escolas públicas quanto particulares, acarretando consequências à sociedade, tornando todos os indivíduos inseguros diante da violência. Conforme o autor (apud OLIVEIRA; FITZ, 2014), os atos de vandalismo, o uso de drogas, as brigas entre colegas, as trocas de tiros, os espancamentos, as ameaças e, até mesmo, mortes prejudicam o presente e o futuro da escola, evidenciando um desejo de destruição. Ir à escola, atualmente, resulta em medo e intranquilidade. O próprio Estado há muito tempo, não tem garantido acesso à escola pública para todos, o que desencadeia novas modalidades de exclusão social pelos mecanismos de seleção que o sistema educativo oferece. Como consequência, a escola se torna um dos alvos das várias manifestações de violência, interna e externa.

Deste modo, a violência escolar se torna objeto de preocupação social crescente que tem assumido um caráter sistemático e que provoca efeitos no desenvolvimento das vítimas e nos agressores. Os relatos dos adolescentes participantes revelaram o quão multifacetada a violência escolar se apresenta e os desafios no seu enfrentamento. Os resultados indicam que a violência externa à escola, seja comunitária ou familiar, também é percebida como um dos fatores que interfere na rotina escolar. O uso de xingamentos e a presença de preconceito e agressões como recurso comunicativo entre os estudantes e professores pode ser percebido também como um uso instrumental da violência, quando o conflito não encontra outros canais de manifestação que poderiam ser propiciados pela instituição escolar através de ações democráticas de participação dos adolescentes nas decisões que os afetam. Ou seja, o problema talvez não esteja na ausência de consenso e consequente ocorrência de conflito entre os atores da escola, mas sim nas formas que esse conflito consegue se manifestar desde que não há escuta democrática na escola: apenas através da violência física e psicológica (GIORDANI; SEFFNER; DELL’AGLIO, 2017).

Ademais, quanto a discussão vale trazer que durante a realização de um dos grupos focais, uma das adolescentes presentes, permaneceu a todo momento calada, acanhada e sua expressão corporal demonstrava certa ansiedade e desconforto em falar sobre o assunto. Tal adolescente somente proferiu a palavra quando surgiu o assunto de como acabar com a violência: *“Eu acabaria com os abusos (sexuais)”* - adolescente diz isso de forma extremamente baixa e com as

mãos entrelaçadas sobre as pernas. Infere-se que esta demonstração pode ser resultado de uma violência presente no âmbito familiar que está sendo velada.

A violência doméstica contra criança e/ ou adolescente é uma dura realidade, muito presente na sociedade. As consequências da violência doméstica se dão em vários planos da vida pessoal e com mais evidência no ambiente escolar por constituir-se o primeiro espaço de atuação pública das crianças, as quais passam, no mínimo, quatro horas diárias nessa instituição com seus educadores. As diferentes formas de violência manifestam-se por meio de indisciplina, revoltas, agressões aos colegas e professores, perda de confiança, baixo rendimento escolar, apatia, entre outros fatores, dificultando o aprendizado e a construção de atitudes sociáveis e solidárias (RIBEIRO; ROSSO; MARTINS, 2019).

No enfoque interpessoal, a vitimização tem sua origem no poder do adulto que aprisiona a vontade e o desejo da criança, submetendo-os à sua vontade. Age dessa forma, a fim de coagi-la a satisfazer os interesses, as expectativas ou, mesmo, as suas paixões (Azevedo, Guerra, 2000, p. 35 apud RIBEIRO; ROSSO; MARTINS, 2019).

A criança vítima da violência doméstica não é tratada como sujeito pleno e tanto sua ação quanto sua reação são restringidas pelo medo e por ameaças. Só lhe resta permanecer calada frente ao poder disciplinador/repressor do adulto. Ela contará o fato a alguém, quando perceber que esse comportamento do adulto não é normal e sentir que esse alguém lhe inspira a confiança e a segurança que não tem nos seus adultos agressores. Daí a importância dos profissionais que trabalham com essa clientela, principalmente os educadores, auxiliarem essa criança ou adolescente mediante a denúncia. Somente através da comunicação do fato aos órgãos competentes é que poderemos quebrar esse ciclo da violência (RIBEIRO; ROSSO; MARTINS, 2019).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados obtidos através deste estudo evidenciaram que os adolescentes da escola pública, especificamente de classe social baixa, ao perceberem a violência como física, verbal e sexual, já presenciaram algum tipo de violência na vida.

Por meio da avaliação dos relatos, percebe-se que a briga entre adolescentes é a mais frequente, seguida por testemunhar brigas no bairro ou fora da escola (vizinhos, amigos) e por fim a violência intrafamiliar vivenciada pelos próprios adolescentes em seus lares.

Através das explanações dos adolescentes, nota-se que a violência não ocorre de maneira isolada, mas que as condições de vida, vícios, violência de gênero, conflitos familiares, precariedade, conflitos escolares são fatores que a acompanham e colaboram na sua disseminação dentro de uma comunidade.

Sendo assim, torna-se claro que a violência não se manifesta apenas nas relações entre classes sociais, a mesma permeia a juventude nas relações interpessoais, nas relações de gênero, nas relações cotidianas, nas relações familiares e tantas outras.

Tendo em vista que a violência se tornou um problema de saúde pública e é um assunto complexo e multifacetado, é imprescindível que seja discutido coletivamente seu processo e determinantes, sobretudo porque suas causas estão nas relações sociais de poder, gênero e desigualdade que permeiam o cotidiano de vida das populações.

As ações violentas no espaço escolar e familiar relatadas confirmam a raiz da violência como problema social que precisa ser reconhecido em todos os setores que constituem a sociedade, por todos os cidadãos, como forma de enfrentamento, e de colaborar na discussão e desenvolvimento de intervenções de proteção, promoção e prevenção dessa problemática.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

UNICEF. Organização das Nações Unidas (ONU). **Convenção sobre os Direitos da Criança.** 2019. Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/convencao-sobre-os-direitos-da-crianca. Acesso em: 30 out. 2019.

MILANI, Feizi M. Adolescência e violência: mais uma forma de exclusão. **Educ. rev.**, Curitiba, n. 15, Dec. 1999. Available from http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40601999000100009&lng=en&nrm=iso. Access on 13 Nov. 2019. http://dx.doi.org/10.1590/0104-4060.194.

GRISSOM, Maureen; IROKU-MALIZE, Tochi. Violence and Public and Personal Health: Outcomes of Adverse Childhood Experiences. **FP Essent**; *480: 11-15, 2019 May.* ID: mdl-31063340.

ROSSET, Solange Maria. **Famílias com Adolescentes.** 2008. Disponível em: http://www.srosset.com.br/textos/familias-com-adolescentes.html. Acesso em: 27 mar. 2018.

BRASIL. Organização Pan-americana da Saúde. Organização Mundial da Saúde. **Prevenção da violência sexual e da violência pelo parceiro íntimo contra a mulher:** ação e produção de evidência. Brasil: Organização Pan-americana da Saúde, 2012. 55 p. Tradução: B&C Revisão de Textos Ltda – ME. Disponível em: https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/44350/9789275716359_por.pdf;jsessionid=6411651E49FB71CB2D1B4BF1CF762A41?sequence=3. Acesso em: 30 out. 2019.

TURATO, E. R. Métodos qualitativos e quantitativos na área da saúde: definições, diferenças e seus objetos de pesquisa. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo , v. 39, n. 3, p. 507-514, jun. 2005. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102005000300025&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 15 abr. 2018. http://dx.doi.org/10.1590/S0034-89102005000300025.

PIOVESAN, A; TEMPORINI, E. Rita. Pesquisa exploratória: procedimento metodológico para o estudo de fatores humanos no campo da saúde pública. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo , v. 29, n. 4, p. 318-325, Aug. 1995 . Available from http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89101995000400010&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 15 abr. 2018. http://dx.doi.org/10.1590/S0034-89101995000400010.

GATTI, B A. **Grupo focal na pesquisa em Ciências Sociais e Humanas.** Campinas: Liber Livro, 2005. 80 p. (Pesquisa em Educação Vol. 10). ISBN: 85-98843-11-3

PAIXÃO, Gilvânia Patrícia do Nascimento et al. Naturalization, reciprocity and marks of marital violence: male defendants' perceptions. **Revista Brasileira de**

Enfermagem, [s.l.], v. 71, n. 1, p.178-184, fev. 2018. FapUNIFESP (SciELO). http://dx.doi.org/10.1590/0034-7167-2016-0475.

COSTA, Marta Cocco da et al. Representações sociais da violência escolar na expressão de jovens estudantes. **Revista Eletrônica de Enfermagem**, Goiás, v. 14, n. 3, p.514-522, jul/set. 2012. Disponível em: https://www.fen.ufg.br/revista/v14/n3/pdf/v14n3a07.pdf. Acesso em: 28 out. 2019.

QUINTANA, Elba María Bermúdez et al. Perpetuación de violencias verbal y psicológicas en las relaciones afectivas y de familia en adolescentes de Cali. **Revista Científica General José María Córdova**, [s.l.], v. 16, n. 21, p.61-80, 31 jan. 2018. Escuela Militar de Cadetes Jose Maria Cordova. http://dx.doi.org/10.21830/19006586.312.

GUIMARÃES, Maisa Campos; PEDROZA, Regina Lucia Sucupira. Violência contra a mulher: problematizando definições teóricas, filosóficas e jurídicas. **Psicologia & Sociedade**, [s.l.], v. 27, n. 2, p.256-266, ago. 2015. FapUNIFESP (SciELO). http://dx.doi.org/10.1590/1807-03102015v27n2p256.

BRASIL. Lei nº 11340, de 07 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. **Lei Nº 11.340, de 7 de Agosto de 2006**. Brasília, DF, 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm. Acesso em: 28 out. 2019.

ECHEVERRIA, Gabriela Bothrel. A Violência Psicológica Contra a Mulher: Reconhecimento e Visibilidade. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, Bahia, v. 4, n. 1, p.131-145, jan/mar. 2018.

LERMEN, Helena Salgueiro; CÚNICO, Sabrina Daiana. Análise dos comentários de notícias sobre violência contra as mulheres. **Estudos de Psicologia**, [s.l.], v. 23, n. 1, p.78-88, jan/mar. 2018. Tikinet Edicao Ltda. - EPP. http://dx.doi.org/10.22491/1678-4669.20180009

KHURANA, Atika et al. Media violence exposure and aggression in adolescents: A risk and resilience perspective. **Aggressive Behavior**, [s.l.], v. 45, n. 1, p.70-81, 23 set. 2018. Wiley. http://dx.doi.org/10.1002/ab.21798

SOUZA, Mériti de. Televisão, violência e efeitos midiáticos. **Psicol. Cienc. Prof.**, Brasília , v. 23, n. 4, p. 82-87, dez. 2003 . Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932003000400012&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 29 out. 2019.

Bushman, B. J., Gollwitzer, M., & Cruz, C. There is broad consensus: Media researchers agree that violent media increase aggression in children, and

pediatricians and parents concur. Psychology of Popular Media Culture, 2015: 4(3), 200-214. http://dx.doi.org/10.1037/ppm0000046.

ANDERSON, Craig A. et al. Screen Violence and Youth Behavior. **Pediatrics**, [s.l.], v. 140, n. 2, p.142-147, nov. 2017. American Academy of Pediatrics (AAP). http://dx.doi.org/10.1542/peds.2016-1758t.

ANDERSON, Craig A; ANDRIGHETTO L; BARTHOLOW, B D; BÈGUE, L, BOXER P. Consensus on media violence effects: comment on Bushman, Gollwitzer, and Cruz. Psychol Pop Media Cult. 2015; 4(3):215–221

OLIVEIRA, Arlindo Weber de; FITZ, Paulo Roberto. Análise da violência em escolas públicas e privadas de bairros de classes sociais A, B, C no município de São Leopoldo, RS. **Cadernos de Educação FAE/PPGE/UFPEL**, Pelotas, n. 47, p.165-185, jan/abr. 2014.

GIORDANI, Jaqueline Portella; SEFFNER, Fernando; DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. Violência escolar: percepções de alunos e professores de uma escola pública. **Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, v. 21, n. 1, p.103-111, jan/abr. 2017.

RIBEIRO, Marisa; ROSSO, Ademir; MARTINS, Rosilda. Violência doméstica: a realidade velada. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, [s.l.], v. 85, n. 209-10-11, p.114-125, 18 jun. 2019. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anisio Teixeira. http://dx.doi.org/10.24109/2176-6681.rbep.85i209-10-11.880.